

Trabalho de Conclusão de Curso**Curso de Relações Internacionais**

**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DA ECONOMIA JAPONESA COM ÊNFASE NO PAPEL DO ESTADO JAPONÊS E NA RELAÇÃO JAPÃO-EUA DE 1945 A 1990

Nome do(a) Estudante: ALEXANDRE TOSHIHIRO KASAI

Nome do(a) Orientador(a): NILO AMÉRICO RODRIGUES LIMA DE ALMEIDA

Ano de Depósito: 2020

Resumo

Uma parceria nascida de uma situação adversa. Os Estados Unidos tiveram grande participação no reerguimento da economia japonesa até, quarenta anos depois, o país se tornar a segunda maior economia mundial. O interesse norte-americano em consolidar um parceiro estratégico mudou no decorrer do tempo. Inicialmente, a ideia era de pacificar e democratizar um inimigo de guerra evitando um sentimento revanchista. Após, a motivação tornou-se afastar a influência soviética na região diante da bipolarização da Guerra Fria. Do ponto de vista japonês, também era interessante a parceria com os Estados Unidos por manter o foco do país no desenvolvimento, sem se preocupar com a manutenção da defesa e soberania. Com um misto de auxílio externo, planejamento estatal, características específicas da sociedade japonesa, o país logrou em manter as mais altas taxas de crescimento mundial entre as décadas de 50 e 80, fenômeno que ficou conhecido como “milagre japonês”. A partir do momento que isso ameaçou a posição de *hegemon* norte-americana, medidas tiveram que ser adotadas para frear esse processo. O Acordo de Plaza impôs severas consequências na economia japonesa sentidas até os dias atuais. O período de 1991 a 2000 ficou conhecido como a "Década perdida".

Palavras chave: Estados Unidos, Japão, crescimento, parceria, planejamento estatal, Acordo de Plaza.

Abstract

A partnership born out of an adverse situation. The United States played a major role in rebuilding the Japanese economy until, forty years later, the country became the second largest economy in the world. The North American interest in consolidating a strategic partner has changed over time. Initially, it was necessary to pacify and democratize a war enemy, avoiding a revanchist feeling. Afterwards, the motivation became to remove the Soviet influence in the region considering the bipolarization of the Cold War. From the Japanese point of view, it was also interesting the partnership with the United States for maintaining the country's focus on development, without worrying about maintaining defense and sovereignty. With a mix of foreign aid, state planning, specific characteristics of Japanese society, the country managed to maintain the highest growth rates in the world between the 50s and 80s, a phenomenon that became known as the "Japanese miracle". From the moment that this threatened the position of North American hegemon, measures had to be adopted to stop this process. The Plaza Agreement has imposed severe consequences on the Japanese economy felt up to the present day. The period from 1991 to 2000 became known as the "lost Decade".

Keywords: United States, Japan, growth, partnership, state planning, Plaza Agreement.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo histórico-político da ascensão e declínio da indústria japonesa com ênfase na relação Japão-EUA de 1945 a 1990. A intenção não é estabelecer um modelo de desenvolvimento japonês, mas se limita a trazer elementos que auxiliam na compreensão do fenômeno político-econômico. Sempre tive um especial interesse no estudo de temas ligados a região asiática e ao cursar a disciplina de Economia Mundial fui apresentado, dentre diversos assuntos, a esse, ligado ao Japão, que me motivou a escrever o trabalho de conclusão de curso. O estudo é relevante para a compreensão de como um país que, após sustentado processo de industrialização desde a Revolução Meiji (1868), foi derrotado na segunda guerra mundial e conseguiu reerguer uma economia em situação de calamidade, com altos índices de desemprego e inflação. Quarenta anos depois, transformou-a radicalmente se tornando o segundo maior PIB mundial. O estudo também é importante como política comparada para outros países compreenderem o papel crucial que o Estado japonês teve no desenvolvimento econômico do país, especialmente, criando condições da indústria japonesa competir em condições de igualdade no mercado internacional. Os seus produtos passaram a ser sinônimo de qualidade e se tornaram desejados por consumidores de outros países. Também foi responsável por modelos de gestão como o Toyotismo e o conceito *just in time*, o *kanban*, que foram largamente adotados pelas principais empresas ao redor do mundo e ainda são estudados nos cursos de administração. Por fim, o trabalho estuda o declínio da economia japonesa após a celebração do Acordo de Plaza com o estouro da bolha financeira em 1985 e a que ficou conhecida como “década perdida” (1990-2000).

2. JAPÃO NO PÓS GUERRA - RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA E AUXÍLIO ESTADOUNIDENSE

Após as bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, o Japão rende-se em 14 de agosto de 1945 e aceita a Declaração de Potsdam oficializando a rendição em 02 de setembro de 1945 no encouraçado americano USS Missouri. A formalização da derrota foi anunciada pelo imperador Hirohito na rádio. Era o que faltava para que a Segunda Guerra Mundial chegasse ao fim. Desde maio ela já havia se encerrado na Europa com a derrota alemã. Assim inicia a ocupação aliada do país sob o comando do General norte-americano Douglas

MacArthur. Foram instaladas bases militares em Okinawa. Os Estados Unidos impuseram aos demais aliados o direito liderança da ocupação, pois possuíam grande interesse no país pela posição estratégica que ele ocupa na Ásia, sendo localizado geograficamente entre os dois continentes. Eles não queriam uma partilha do país nos moldes alemães. Os soviéticos tentaram a ocupação de Hokkaido, ilha ao norte do Japão, e foram prontamente refutados por MacArthur sob ameaças de prisão. Apesar da pressão dos demais países, eles não conseguiram retirar a autoridade do General que utilizou sua posição de Comandante da Ocupação para impor os interesses de Washington. A nova conformação política formada após a Segunda Guerra, com a bipolarização do mundo em dois blocos, capitalista e socialista, levaram os EUA a afastar a influência soviética do Japão.

Os EUA tinham como objetivo [no pós guerra], estabelecer uma estrutura de paz sustentada por uma China unificada, democrática e aliada. Entretanto, Chiang Kai-Shek, o líder chinês, apoiado pelos americanos para realizar a reunificação da China, estava sendo superado pelas forças comunistas, perdendo a credibilidade diante dos EUA. A China passou a ser vista como um país fraco e atrasado e, a partir de 1947, a política estratégica dos EUA na região asiática passou a ser reconsiderada. Com o afastamento da possibilidade de a China ser a principal aliada americana na região asiática, deixava de ser interessante fazer do Japão um país desmilitarizado e fraco. As circunstâncias estavam alteradas. Era preciso recuperá-lo, tê-lo como aliado, suficientemente forte para dar apoio às iniciativas e interesses americanos na região. Os principais objetivos dos EUA eram equilibrar as relações políticas e desenvolver a economia regional, fatores que deram ao Japão papel de grande importância (UEHARA, 1995:6).

O objetivo estadunidense de alicerçar o país sob os ideais democráticos foi concretizado com a adoção de uma nova Constituição de 1947. Ela foi redigida de forma a tornar o país pacífico, para que ele nunca mais voltasse a ser uma ameaça aos Estados Unidos. O Japão foi proibido de possuir Forças Armadas renunciando ao seu direito à beligerância ou uso da força como meio de resolução dos litígios internacionais. Assim o país não poderia manter quaisquer forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como, qualquer outro potencial de guerra. O Japão constituiu, anos depois, forças militares denominadas “Forças de Autodefesa”, que não tinham características próprias das Forças Armadas, por ser proibida constitucionalmente de efetuar ataques ofensivos, e possuíam fins exclusivamente defensivos.

Constituição do Japão (1947)

Capítulo II. Renúncia a Guerra

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais.

Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

Os Estados Unidos tinham grande preocupação na pacificação do país e pensava em formas de evitar a criação um sentimento revanchista no povo japonês. A reestruturação política do país foi parte de um acordo com os Aliados, que pressionavam pela adoção da nova Constituição. Através dela, a figura do imperador foi mantida, porém foi retirado o seu caráter divino, tornando-se apenas uma figura simbólica. Apesar de, demandada por outros países, sua execução foi evitada a todo custo, pois certamente levaria o país a um caos social. O imperador era considerado pela mitologia japonesa descendente da Deusa do Sol. Hirohito, sob orientação de MacArthur, negou sua divindade em público no dia 1º de janeiro de 1946. Os Estados Unidos sabiam que devido a lealdade do povo japonês no imperador, a rendição do país só aconteceria com uma garantia da sua manutenção no trono.

Constituição do Japão (1947)

Artigo 4. O imperador deverá desempenhar apenas os atos de matéria do Estado como previsto na Constituição e ele não deverá ter poderes relacionados ao governo.

O imperador deve delegar a execução de seus atos em matérias de Estado segundo previsto por lei.

A ideia de subordinação aos interesses dos Estados Unidos, entregando a ele a responsabilidade de segurança do arquipélago, e de formulação de uma estratégia baseada no desenvolvimento e reestruturação econômica foi a política adotada pelo Japão que ficou conhecida pelos estudiosos como “Doutrina Yoshida”.

Mediante uma nova constituição promulgada sob o governo de ocupação, tem desenvolvido o país numa direção democrática e com baixa disparidade entre ricos e pobres. É ainda um país com um sistema político estável e que vem funcionando sem grandes percalços (...). Mas o Japão não seria um bom perdedor se os EUA não tivessem sido um bom ganhador. Os EUA poderiam ter escolhido impor a paz de forma vingativa ao governo de Tóquio. Ao contrário, Washington

escolheu o caminho da reconciliação e da reconstrução, oferecendo ajudas ao invés de reivindicar reparações (FUNABASHI, 1994:24)

Yoshida Shigeru, que deu nome à doutrina, foi Primeiro-Ministro de 1946 a 1947 (e depois em um segundo período de 1948 a 1954). Ele possuía estreita relação com o General Douglas MacArthur. Seu plano foi estabelecido em colaboração dos Estados Unidos e previa que a recuperação econômica devia ser o primeiro objetivo nacional e a cooperação político-econômica com os EUA era necessária para esse propósito. Yoshida desejava desvincular o país da imagem militarista da época imperialista. O plano também determinava que o Japão deveria ceder parte de seu território para bases das Forças Armadas dos EUA para que eles garantissem sua segurança a longo prazo. Isso era importante ao Japão devido as tensões com os vizinhos do Leste Asiático, consequência do histórico de dominação colonial japonesa, e aos crimes de guerra cometidos pelo país¹. Yoshida acreditava que o Japão deveria se concentrar no desenvolvimento econômico e não na afirmação política ou militar. A disputa por recursos no extremo oriente não poderia mais se dar pela guerra, como na época imperial, mas sim dentro do marco capitalista liberal-democrático.

O interesse norte-americano no Japão aumentou com a ascensão do Partido Comunista Chinês na Revolução Chinesa de 1949 e com início da Guerra da Coréia, em 25 de junho de 1950, quando os norte-coreanos, apoiados pelos soviéticos e chineses, invadiram o sul. A perda da aliança chinesa com a Revolução Comunista que ocorreu no país mudou a perspectiva estratégica dos EUA para a região asiática.

Dois acordos foram firmados com os EUA na década de 50, o Tratado de São Francisco (assinado em 1951 e entrou em vigor em 1952) e o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre o Japão e os Estados Unidos Da América (assinado em 1951 e entrou em vigor em 1952).

O Tratado de São Francisco oficializava os termos de compensação da Segunda Guerra Mundial por crimes cometidos pelas forças imperiais japonesas, porém também devolviam ao Japão sua soberania. Os EUA desejavam tê-lo como um país soberano e parceiro para a manutenção da paz e desenvolvimento econômico da Ásia-Pacífico.

¹ Questões como a das *comfort womens* e do santuário Yasukuni ainda são fonte de tensão com os vizinhos. O governo japonês, embora tenha reconhecido excessos cometidos por militares, não apresentou um pedido formal de desculpas pelos crimes de guerra. O imperador Hirohito e demais membros da família imperial não foram julgados pelos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente.

Já o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre o Japão e os Estados Unidos da América (Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States and Japan) estabeleceu que qualquer ataque contra o Japão ou os Estados Unidos perpetrado contra um dos países seria considerado uma ameaça para a paz e segurança de ambos os países, exigindo uma ação conjunta para enfrentar o perigo comum. Ele garantiu aos Estados Unidos os meios territoriais para o estabelecimento de uma presença militar no oriente e proibia o Japão de manter forças militares nacionais ou estrangeiras, em quaisquer bases, sem o consentimento dos Estados Unidos. Com o tratado, a região de Okinawa passou a ser um reduto militar estadunidense. O acordo consolidou a influência norte-americana no país retirando qualquer possibilidade de retorno do imperialismo nacionalista japonês.

Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre o Japão e os Estado Unidos da América

Artigo VI

Com o propósito de contribuir para a segurança do Japão e a manutenção da paz e segurança internacionais no Extremo Oriente, os Estados Unidos da América têm permissão para o uso por suas forças terrestres, aéreas e navais de instalações e áreas no Japão. O uso dessas instalações e áreas, bem como o status das forças armadas dos Estados Unidos no Japão, serão regidos por um acordo separado, que substitui o Acordo Administrativo sob o Artigo III do Tratado de Segurança entre o Japão e os Estados Unidos da América, assinado em Tóquio em 28 de fevereiro de 1952, conforme emendado, e por outras disposições que venham a ser acordadas.

O Japão, em contrapartida, teve grandes montas de recursos injetados em sua economia. Estima-se que ele recebeu dos Estados Unidos entre 1946 e 1952 por volta de 15,2 bilhões de dólares reajustados em 2005 pela inflação, segundo dados do Departamento de Estado dos Estados Unidos². A título de comparação, a assistência dada a Alemanha no pós segunda guerra (1946-1952) foi por volta de 29,3 bilhões de dólares reajustados.

No plano externo, havia condições favoráveis a políticas de desenvolvimento nacional baseadas na industrialização: a ajuda externa, sobretudo norte-americana, foi fundamental para financiar as políticas de desenvolvimento nacional durante as décadas de 1940/1950 no Japão e durante a década de 1960 na Coreia do Sul e Taiwan (que receberam influxos de capital japonês nas décadas seguintes). Além do fluxo de recursos dos Estados Unidos (estratégia geopolítica no

² Congressional Research Service. Data from U.S. Department of State, appropriations bills, and other sources.

contexto da guerra fria), tais países puderam contar com mercados norte-americanos e de outras economias industrializadas para seus produtos sem a exigência num primeiro momento de contrapartidas em termos de abertura comercial e financeira. Embora estivessem vinculados ao sistema econômico mundial de forma dependente, os Estados nacionais nessa região encontraram ampla margem de manobra para a viabilização de estratégias nacionais de desenvolvimento (BERTONCELO, 2011: 110).

Não foi apenas a parceria com os Estados Unidos que levou o país a se desenvolver rapidamente. Outros elementos influenciaram nesse processo como veremos adiante.

3. INTERVENÇÃO ESTATAL

O Estado japonês teve um papel crucial no desenvolvimento industrial, criando condições para a indústria japonesa competir no mercado internacional. A economia do país, devastada pela guerra, conseguiu se reerguer e, quarenta anos depois, o país alcançou o segundo maior PIB mundial. Esse fenômeno ficou conhecido como “milagre japonês”. O investimento em educação e tecnologia foi fundamental para o país alcançar esse patamar.

Segundo KOHLI (2004;3), a preocupação central com o papel econômico do Estado no desenvolvimento não requer nenhuma justificativa. É mais do que idiossincrática afirmação de que os Estados são importantes atores econômicos no desenvolvimento de países.

O MITI (Ministério da Indústria e Comércio Exterior) foi o órgão do Estado responsável pela elaboração e implementação do projeto de reconstrução industrial japonês. Ele possuía uma função de articulação de interesses públicos e privados, coordenando ações para a consecução de objetivos da política industrial. O bom perfil burocrático do órgão aliado a um relacionamento estreito com o empresariado foi fundamental para a concretização do plano. Segundo CUMINGS, JOHNSON e WOO-CUMINGS (1979, 1982 e 1991 apud BERTONCELO 2011, 110), a capacidade de ação da burocracia estatal foi sustentada, ainda, pela importância que o nacionalismo adquiriu nessa região, devido às guerras e aos sentimentos políticos ligados à sorte de tais países no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A influência da burocracia se manteve grande até a primeira metade dos anos 1980. Conforme UEHARA (2001;32), apesar de pela Constituição japonesa – artigo 41 – o órgão de maior poder do Estado ser formalmente o parlamento – constituído de duas câmaras – a maioria das leis tem tido sua origem na burocracia. Segundo MURAMATSU (1997:16), depois da guerra,

especialmente, seguindo o alto crescimento da economia japonesa, o nível de atividade dos burocratas na formulação de várias políticas continuou a crescer. Isso pode ser verificado comparando-se o crescimento do PIB do Japão e o crescimento dos gastos governamentais e o número de leis formuladas. A vasta maioria dos projetos requeriam gastos públicos e eram formalmente anunciados como sendo propostas do Gabinete, porém na realidade foram de responsabilidade da burocracia. Ela detinha grande influência sobre a formulação de políticas públicas.

Internamente, Japão, Coreia do Sul e Taiwan possuíam Estados “fortes” sustentados por uma coalizão sociopolítica formada pelo grande capital industrial (sobretudo no Japão, *zaibatsu*; Coreia do Sul, *chaebol*) e uma tecnocracia altamente qualificada empregada no alto escalão do Estado que não enfrentava a resistência de grandes proprietários rurais (amplas programas de reforma agrária precederam a industrialização maciça nesses países) ou de organizações trabalhistas (fortemente controladas nos regimes autoritários da Coreia do Sul e de Taiwan), apoiada, ainda, por pequenos proprietários rurais (fortemente protegidos especialmente em Taiwan e Japão) e pequenos comerciantes. O insulamento em relação aos interesses operários e o peso do capital industrial – combinados com a inexistência de partidos comunistas ou socialistas fortes – abriram espaço para que a burocracia estatal conduzisse a transformação da economia numa direção que privilegiava a concentração econômica (setorialmente) e a formação de grandes conglomerados de empresas (Coreia do Sul e Japão) ou de um vasto setor público empresarial (Taiwan), ao mesmo tempo, disciplinando o capital industrial por meio de contrapartidas de desempenho aos subsídios estatais (PEMPEL 1999; 165 apud BERTONCELO, 2011: 110)

A situação da política interna do país também favoreceu a uma continuidade da política industrial do governo. O Partido Liberal Democrata manteve-se regularmente de forma ininterrupta no poder desde a sua fundação, em 1955, até 1993, quando perdeu a maioria das cadeiras também na Câmara Baixa (havia perdido a maioria da Câmara Alta em 1989). Isso permitiu a criação de uma estrutura no partido para atender às necessidades de formulação de políticas, como o Policy Affairs Reserch Council (PARC), que manteve uma comunicação fluente com a burocracia, informando as demandas do partido (MURAMATSU, 1987:18). O PLD era onde as decisões eram tomadas, com o auxílio da burocracia. Os membros com o passar do tempo passaram a se especializar em áreas específicas e ficaram conhecidos como *zoku giin*. Eles foram um elemento importante para a formulação de políticas influenciando o

processo orçamentário dos ministérios e mediando interesses entre a burocracia e grupos de interesse.

O governo promoveu indústrias que considerava promissoras e implementou políticas fortemente protecionistas na indústria nacional. Foram feitos planos de racionalização destinados a reerguer essas indústrias que se encontravam obsoletas. As primeiras escolhidas foram a do aço e carvão, que foram impulsionadas com a Guerra da Coréia. Houve uma renovação das plantas produtivas para tornar o processo produtivo mais eficiente e reduzir os custos de produção. Principalmente o ferro e o aço conseguiram rivalizar com os Estados Unidos. Depois vieram as indústrias químicas, trazendo novos modos de produção e tecnologias industriais. São indústrias de base que servem para que outros setores, como por exemplo de bens duráveis, se desenvolvam. A partir dos anos 60, outras indústrias mais elaboradas de bens duráveis cresceram como rádios, câmeras fotográficas e, principalmente, automóveis. Já nos anos 80, as mais significativas foram as ligadas a eletrônica, computação e telecomunicações. A estratégia para a conquista do mercado externo era desenvolver setores dinâmicos investindo em tecnologia e inovação como diferencial competitivo.

Uma das principais medidas adotadas foi proteção do mercado interno contra a concorrência externa. Isso não foi fator de acomodação da indústria, pois, desde o desmantelamento dos zaibatsus (conglomerados industriais da época do Japão imperial geralmente ligados a nomes de importantes família, que controlavam parte significativa da economia japonesa) imposto pela ocupação americana após a Segunda Guerra Mundial, o mercado foi repartido em um grande número de rivais que foram pressionados a competir e a inovar.

Um outro fator que parece ter contribuído para a recuperação econômica japonesa foi o fato de o Japão ter conseguido manter seu mercado doméstico fechado à concorrência externa, apesar das pressões de diversos países ocidentais, ao mesmo tempo em que conquistava mercados externos. Mesmo com seu ingresso no Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, em 1955, e na Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento – OECD, em 1964, o Japão com apoio dos EUA conseguiu contornar as pressões por uma maior abertura de seu mercado. Todos esses fatores contribuíram para o crescimento econômico do Japão, que em meados da década de 1960, despontava como uma preocupação para as economias ocidentais (UEHARA, 2003: 83).

O MITI também se utilizou de controles diretos sobre as importações de bens e serviços aplicando a imposição de tarifas aduaneiras e usava o orçamento de câmbio para impor um limite fiscal às compras externas para restringir a importação do que considerava necessário.

Além do controle de importações, o MITI fazia controle do capital externo que pretendia adentrar na economia japonesa. Apenas tinha permissão governamental para entrada no país aquele que era de interesse nacional e que complementaria a sua política industrial. Somente desta maneira as empresas estrangeiras conseguiam repatriar os lucros do capital investido. Filiais eram permitidas quando tinham o monopólio de produtos ou tecnologias que eram considerados essenciais para o Japão, como por exemplo a Exxon, Shell e IBM. No tocante a joint ventures, dificilmente a participação estrangeira ultrapassava os 40%, do capital acrescido de aporte técnico.

Praticava-se uma política marcada pela proteção de mercado contra a maioria das importações e investimentos de capital, pela restrição contra a saída de capital, pela forte confiança na compra de tecnologias de economias desenvolvidas, pelo rígido controle sobre a entrada de estrangeiros no mercado de trabalho e por uma política de ajuda externa destinada a desenvolver mercados asiáticos para os produtos manufaturados japoneses. O interesse econômico sobrepunha-se claramente às questões de segurança, fazendo com que os baixos níveis de recursos destinados à defesa permitissem a concentração de capital para realização de investimentos no desenvolvimento industrial. (PEMPEL, 1993:105 apud UEHARA, 2003: 115)

O governo obteve sucesso em estabelecer um plano de desenvolvimento para o país com participação estatal no planejamento e execução. No próximo tópico será explicado como ocorreu o crescimento econômico japonês.

4. CRESCIMENTO INDUSTRIAL E ECONÔMICO

O modelo de desenvolvimento econômico adotado procurava ampliar suas exportações para obter divisas que seriam utilizadas para adquirir as importações de que necessitava, devido à escassez de matérias primas e a dificuldade de produzir alimentos. O país possui pouca extensão territorial, boa parte dela não pode ser destinada a agricultura, e é escasso em recursos minerais.

A capacidade de poupança (hábito de poupar) foi um traço da sociedade japonesa que viabilizou o rápido crescimento pela existência de crédito para financiamento. Como o modelo era voltado a exportação, o baixo consumo interno não influenciou o desempenho econômico.

O investimento norte-americano e o empenho do povo japonês na reconstrução da indústria fizeram com que em 1954 o PIB em termo reais do Japão já tivesse voltado aos níveis de antes da guerra.

A Guerra da Coreia (1950-1953) propulsionou o crescimento da indústria no pós guerra. Os Estados Unidos recorreram a indústria japonesa para suprir seus mantimentos. Assim, a indústria deu um salto de produção e obteve recursos para financiar seus projetos de expansão e importação de insumos. Ela também gerou divisas que solucionaram o problema de balanço de pagamentos deficitário. Segundo WATANABE (2012,44), Yoshida falava que a Guerra da Coreia era um “presente dos deuses” para o Japão. O medo da instabilidade econômica foi substituído pela entrada de dólares vinda das “aquisições especiais” (*special procurements*). Houve a entrada de mais de dois bilhões de dólares entre 1950 e 1953.

Após o conflito, os Estados Unidos mantiveram-se como grande parceiro comercial do Japão. O comércio entre os dois países totalizava uma média de 27% do total das exportações do Japão durante as décadas de 1960 e 1990.

Na década de 60, o país iniciou um plano chamado "plano de duplicação da renda" baixando as taxas de juros e impostos para motivar os investimentos na iniciativa privada. Além disso, expandiu rapidamente o investimento público em infraestrutura: construção de rodovias, ferrovias de alta velocidade, metrô, aeroportos, sistemas de comunicação, portos e barragens. Nessa década, o Japão passa a acumular sucessivos superávits no plano externo.

Em 1964, o país já era quinta economia entre os países não comunistas. Nesse ano, ele ingressa a OCDE, grupo de países desenvolvidos e industrializados.

O Japão consegue obter em 1965 pela primeira vez saldo favorável em sua balança comercial com a maior potência do mundo, EUA. Isso foi repetido com a Europa depois anos depois. Foi a afirmação da competitividade da indústria japonesa frente a dos países ocidentais. O rápido e alto crescimento econômico começou a atrair a atenção internacional.

Em 1965, o PIB nominal do Japão foi estimado em pouco mais de US \$ 91 bilhões. Quinze anos depois, em 1980, o PIB nominal subiu para um recorde de US \$ 1, 065 trilhões. O ano de 1968 foi um marco para economia japonesa, pois ultrapassou a economia alemã e passou a ser a terceira maior do mundo, atrás somente dos Estados Unidos e da União Soviética.

A partir da década de 70 o MITI atenua suas regras de proteção à indústria nacional por já possuírem capacidade de competir no mesmo nível que as indústrias estrangeiras.

Para sustentar o crescimento econômico japonês na década de 70, empresas japonesas começaram a se instalar nas economias vizinhas como da Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong, transferindo capital e tecnologia, beneficiando o desenvolvimento econômico desses países. Esses países ficaram conhecidos como Tigres Asiáticos e usufruíram de elevado crescimento baseado em um modelo industrial orientado para a exportação. Esse crescimento seria ampliado anos depois para outros países da ASEAN (Filipinas, Indonésia, Tailândia e Malásia), também influenciados pelo Japão, em um modelo de divisão internacional de trabalho no Leste Asiático que ficou conhecido como “Modelo dos gansos voadores”, cuja lógica era de transferir a produção de commodities dos países mais avançados para os menos avançados. Os estados assim estariam alinhados em um padrão análogo ao voo dos gansos selvagens, sendo que na dianteira estaria o líder, o próprio Japão, logo atrás os países recentemente industrializados (Coreia do Sul, República da China, Cingapura, Taiwan e Hong-Kong) e no final os demais da região.

Apesar do forte impacto econômico causado pelos dois choques do petróleo de 1973 e 1979, no início da década de 80, a economia já demonstrava que havia superado o problema. Nesse período tornou-se líder no setor bancário, tecnológico e de manufaturas.

Nos anos 80, os produtos japoneses espalharam-se pelo mundo e marcas como Sony, Honda e Toyota tornaram-se sinônimo de qualidade. Foi nessa época que administradores de empresas americanos começaram a estudar os processos produtivos japoneses para aumentar o seu poder de concorrência. Modelos de gestão japoneses como o Toyotismo e o conceito *just in time*, o *kanban*, foram largamente adotados pelas principais empresas ao redor do mundo.

Conforme pode-se observar pela tabela abaixo, segundo dados da OCDE, grupo que congrega grande parte das maiores economias do mundo, o Japão cresceu a uma taxa média real (ajustado de acordo com a inflação) acima de 10% entre as décadas de 60 e 70. Praticamente o dobro dos demais países. Apesar de reduzir entre 70 e 85, ainda se manteve em um patamar acima dos outros.

QUADRO 1

Média das Taxas de Crescimento Real do PIB (em percentual)

País	1962 a 1970 (a)	1970 a 1985 (b)
Estados Unidos	4,06	2,58
Japão	10,8	4,86
Alemanha	4,68	2,43
França	5,58	2,89
Reino Unido	2,76	1,97
Itália	5,44	3,21
Canadá	5,48	3,96

Fontes:

(a) - OECD Economic Outlook, Volume 1980 Issue 1

(b) - OECD Economic Outlook, Volume 1990 Issue 1

Os japoneses tornaram-se os principais credores líquidos do mundo em 1986 ocupando a posição que sempre pertenceu aos Estados Unidos. Seu saldo comercial positivo com os Estados Unidos havia mais que quintuplicado em cinco anos (em 1985 estava em 39,5 bilhões a favor do Japão). Com o restante do mundo também apresentava um saldo comercial superavitário de 56 bilhões de dólares enquanto o dos EUA era deficitário em 133 bilhões.

A política externa do país também nos auxilia na compreensão do milagre econômico japonês. Ela foi um dos pilares de seu desenvolvimento, pois manteve o foco na economia, e garantiu sua segurança com os vizinhos do Leste Asiático.

5. A POLÍTICA EXTERNA JAPONESA

A política externa japonesa foi pautada em grande parte do tempo na ampliação do comércio com os países e evitar conflitos internacionais. A intenção era garantir o fornecimento de matérias-primas para a indústria doméstica, devido a carência de recursos naturais no país. Ela buscava a cooperação com outras nações por meios não militares, predominantemente, baseada no poder econômico para atuar nas estruturas multilaterais. A política externa japonesa manteve seu foco na projeção de parceiros econômicos.

A Doutrina Yoshida, estabelecida desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que pregava uma relação de dependência com os Estados Unidos, era convergente com esse conceito. Como

a segurança do país era garantida pela manutenção das forças americanas no território japonês, o Japão concentrou esforços no crescimento econômico e prosperidade. A política externa era caracterizada por ser altamente responsiva. Os governantes e a opinião pública japonesa não desejavam um maior engajamento nas questões internacionais. Segundo WATANABE (2012:57), a Constituição de 1947 pode ser de origem norte-americana, entretanto, a aceitação e a manutenção integral de seu texto após o fim da ocupação mostraram que ela fazia parte dos interesses nacionais do Japão, dentro de sua “estratégia” de ascensão econômica.

O alinhamento incondicional com os Estados Unidos manteve nos anos seguintes, passando apenas por pequenos ajustes na década de 1960, quando houve a revisão Tratado de Cooperação Mútua e Segurança, que retratou direitos e obrigações das forças estadunidenses instaladas em territórios japoneses. Em 1972, a região de Okinawa foi devolvida ao Japão. As bases militares permaneceram na região (ainda estão presentes nos dias atuais) em virtude dos acordos de cooperação de segurança.

Nos anos 80, a comunidade internacional pressionou o Japão a exercer um papel de maior liderança política internacional, devido a sua situação econômica japonesa privilegiada. O crescimento econômico japonês demandava uma ampliação de seu papel político internacional. Em resposta, o Japão desenvolveu uma política denominada *Comprehensive Security*, que buscou afastar-se da linha de atuação vigente e propôs uma nova conduta no sistema internacional, considerando sua posição econômica privilegiada e atuando através de um conceito de uma diplomacia não militar, principalmente por meio da cooperação econômico-financeira com países. Houve um aumento expressivo no volume de recursos utilizados para ajuda externa, que passou de 3,8 bilhões de dólares em 1985 para 8,9 bilhões em 1989, tornando-se o maior fornecedor de auxílio financeiro mundial. Esse foi o grande pilar na política externa para a realização de objetivos políticos, bem como para auferir benefícios econômicos.

O Japão enquadrou-se no conceito de “potência civil global”, utilizando meios não militares para assegurar seus interesses nacionais, buscando a cooperação, principalmente econômica, com outros países, estimulando a discussão e decisão em fóruns multilaterais e promovendo os valores democráticos e de direitos humanos.

Na política externa japonesa, especialmente durante a Guerra Fria, a ênfase tem sido o bilateralismo, particularmente ligado aos EUA. Porém, apesar de reconhecer o caráter reativo e

passivo, o Japão não optou por uma posição de carona nas instituições multilaterais, procurando intensivamente ingressar nessas instituições, desde a ONU até a OECD (FUKUSHIMA, 1999:5).

O país teve grande atuação nos Organismos Internacionais, focada em temas como meio ambiente, ajuda ao desenvolvimento, desarmamento, problemas com refugiados e outras questões humanitárias.

Declaração de Kono Yohei, ministro de relações exteriores ao The Japan Times de 24 de outubro de 1994:

Refletindo seu remorso sobre a Segunda Guerra Mundial, o Japão nunca hesitou em seu compromisso de contribuir para a paz e a prosperidade mundial. O Japão, proibido por sua constituição, não recorreu e não recorrerá ao uso da força, permanecendo uma nação resolutamente pacífica. Não possui armas nucleares, não exporta armamentos e continua ativamente engajado no desarmamento e nos esforços da não-proliferação. Em consonância com esse princípio, o Japão tem despachado membros de sua Força de Autodefesa e também civis em operações de manutenção da paz da ONU. Ao mesmo tempo, o Japão está determinado a fortalecer suas contribuições aos esforços globais nas áreas sociais e econômicas. Nessas questões, as quais têm sua importância amplamente reconhecida, incluem-se o desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos, refugiados, população, aids e narcóticos.

Conforme UEHARA (2001, 136), “essa linha da política externa japonesa é a posição predominante pela maior parte do MOFA, da Agência de Defesa do Japão, das Forças de Autodefesa, do PLD e dos *think tanks*³ conservadores”.

Nakasone, primeiro-ministro no período de 1982 a 1987, foi o primeiro a tentar romper com a Doutrina Yoshida. Ele era crítico às restrições constitucionais existentes que subordinavam o país aos Estados Unidos. O primeiro-ministro Nakasone desejava preparar o Japão para uma liderança global, engajado nas questões internacionais políticas-estratégicas, participando da sua própria defesa, com suas próprias metas e objetivos, e com instituições reformadas próprias para um papel de líder global (PYLE, 1992: 104). Para isso, seria necessário reformar a própria Constituição que proíbe o país de usar forças militares para a resolução de disputas internacionais. Isso limitava a atuação do país de forma a exercer um papel na política internacional que fosse condizente com o seu tamanho econômico. O grande

³ Os think tank são grupos de discussão e pesquisa, algumas vezes apoiados pelo governo, responsáveis pelo fornecimento de informações e preparação de projetos.

apoio popular de Nakasone, derivado de sua habilidade política e de comunicação, não foi suficiente para a concretização da mudança e seu trabalho foi limitado por seu próprio partido (Partido Liberal Democrata).

Há uma grande resistência, principalmente por parte do povo japonês, em uma ampliação do papel militar do país. Muitos japoneses consideram que as forças americanas são um elemento importante para a segurança regional, especialmente em relação a países ressentidos dos atos de guerra praticados, e um movimento no sentido de militarização poderia ser entendido como ameaça aos países da região (sudeste asiático) cujo comércio representou um aumento de superávit de US\$ 3 bilhões em, 1985 para 28,1 US\$ bilhões em 1990 (em termos percentuais representava 6,5% do total em 1985 e passou para 53,93% em 1990), segundo dados do Japan External Trade Organization (JETRO), agência especializada em comércio internacional ligada ao Ministry of International Trade and Industry (MITI).

Nesse sentido, os norte-americanos representam um elemento estabilizador para todas as partes, Japão e demais países da região. UEHARA (2001, 142) cita uma pesquisa de outubro de 1995 realizada pelo jornal *Asahi Shimbun*⁴ que divulga que 64% dos entrevistados apoiavam o Acordo de Segurança EUA-Japão e apenas 21% se opunham. Isso logo após um escândalo de estupro de uma estudante japonesa na ilha de Okinawa cometido por três soldados americanos. Conforme CAVAGNARI (1995: 5), há um receio de que a estabilidade política e estratégica-regional não se sustente sem a presença estadunidense. Ainda segundo ele, o Japão só se livrará da “proteção” estadunidense se os EUA admitirem que a plena liberdade de ação japonesa não comprometerá sua posição privilegiada no Leste Asiático.

O sucesso econômico japonês, tornando-se a segunda maior economia do mundo, aliado ao seu papel de "Poder Civil Global", com ativismo nos organismos internacionais e participação ativa em operações da ONU, levaram muitos a acreditar que o país havia superado a sua condição de "anão político e gigante econômico" para assumir um papel de liderança global. Entretanto, esse processo foi freado pelos Estados Unidos, que se sentiam ameaçados pela perspectiva da economia japonesa.

6. ACORDO DE PLAZA E INÍCIO DE DECLÍNIO ECONÔMICO

⁴ O *Asahi Shimbun* é um dos cinco maiores jornais diários de circulação nacional no Japão.

O Japão seguia como o principal beneficiário dos déficits comerciais norte-americanos no início da década de 80. Segundo FUNABASHI (1992, 28), o próprio governo japonês projetava que a economia do país superaria à americana. De acordo com suas estimativas, o PIB japonês superaria o dos EUA por volta do ano 2000, época em que alcançaria também o topo da pirâmide financeira e tecnológica, ampliando grandemente seu poder de mercado.

A aliança estratégica japonesa com os EUA começou então a tensionar. Ela tinha sua utilidade em sustentar a estabilidade na região, porém não poderia afetar os interesses vitais norte-americanos.

Os Estados Unidos, ameaçados pela perspectiva que a economia japonesa possuía, começaram a pressionar o país a adotar medidas de flexibilização das limitações de importações estrangeiras e a liberalização do mercado financeiro japonês, pois, para eles, uma internacionalização do iene aumentaria a demanda pela moeda reequilibrando a paridade do valor da moeda. Isso possibilitaria uma melhor competição com os produtos japoneses e um reequilíbrio das contas bilaterais. O resultado foi de equilíbrio até 1985, com o banco central japonês adotando políticas monetárias restritivas, apesar do setor privado ter aumentado sua posição em títulos públicos da dívida norte-americana.

As medidas econômicas para aquecimento da economia adotadas por Reagan no início do primeiro mandato não foram tão efetivas. A perda de competitividade resultou na redução de dois milhões de empregos na indústria entre 1980 e 1985⁵.

Em 1985, a câmara aprovou o “Rostenkowski-Gephardt-Bentsen Trade Act” que imporia uma taxa adicional de importação de 25,0% para mercadorias vindas do Brasil, Coreia do Sul, Taiwan e, o Japão, países com grande superávit comercial com os EUA. Entretanto, o Senado não aprovou a medida.

No mesmo ano ocorre um marco nas relações externas japonesas, que teve fortes impactos nos anos seguintes em sua economia. Foi acordado entre os governos das principais economias do mundo que eles promoveriam uma gradual desvalorização da moeda americana. Era firmado o Acordo de Plaza pelo G-5⁶ em 22 de setembro de 1985.

Como os Estados Unidos empreenderam um programa de desinflação e expansão fiscal no início década de 1980, o iene e outras moedas mundiais depreciaram acentuadamente em relação dólar norte-americano. Após uma média abaixo de 220 ienes por dólar em 1978-81 - esse nível é uma

⁵ Economic Policy Institute. Policy Memorandum, nº 164, Abril de 2010.

⁶ Os membros do G-5 são Estados Unidos, Inglaterra, França, Japão e Alemanha

apreciação acentuada em relação à média de 288 em 1974-77 - o iene desvalorizou para cerca de 250 em 1982, antes de assumir um valor médio de cerca de 238 para 1983-85. Estas médias anuais nas taxas de câmbio disfarçam uma volatilidade intra-ano muito alta, entretanto. Entre março de 1984 e fevereiro de 1985, por exemplo, o iene desvalorizou de 225,40 para 260,24 em relação ao dólar, um movimento de mais de 14 por cento (em pontos log). Do dólar força renovada reforçou as tensões comerciais entre os EUA e seus parceiros comerciais, e eventualmente levou ao Acordo Plaza de setembro de 1985. Os EUA e quatro grandes aliados – o Reino Unido, França, Alemanha e Japão - prometeram intervenção política concertada para trazer o dólar para baixo. (OBSTFELD, 2009:4)

Segundo o item 18 do anúncio do Acordo de Plaza realizado pelos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais da França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Estados Unidos de 22 de setembro de 1985:

Os Ministros e Presidentes concordaram que as taxas de câmbio deveriam desempenhar um papel no ajuste dos desequilíbrios externos. Para tanto, as taxas de câmbio devem refletir melhor as condições econômicas fundamentais do que antes. Eles acreditam que as ações de política acordadas devem ser implementadas e reforçadas para melhorar ainda mais os fundamentos e que, em vista das mudanças atuais e futuras nos fundamentos, alguma valorização ordenada das principais moedas não-dólar em relação ao dólar é desejável. Eles estão prontos para cooperar mais estreitamente para encorajar isso, quando isso for útil.

A proposta tinha a intenção de promover um realinhamento entre as principais moedas do mundo, supostamente motivada por desequilíbrios nos balanços de diversos países e problemas de especulação de moedas no mercado financeiro.

Segundo item 10 do anúncio:

A interação desses fatores - taxas de crescimento relativo, problemas de dívida dos países em desenvolvimento e desenvolvimento da taxa de câmbio - tem contribuído para grandes desequilíbrios externos potencialmente desestabilizadores entre os principais países industrializados.

Já o item 11 do anúncio informa que:

O déficit em conta corrente dos Estados Unidos, junto com outros fatores, está agora contribuindo para pressões protecionistas que, se não resistidas, podem levar a retaliações mutuamente destrutivas com sérios danos à economia mundial: o comércio mundial encolheria, as taxas de crescimento real poderiam até ser negativas, o desemprego aumentaria ainda mais e os países em desenvolvimento sobrecarregados de dívidas seriam incapazes de garantir as receitas de exportação de que precisam vitalmente.

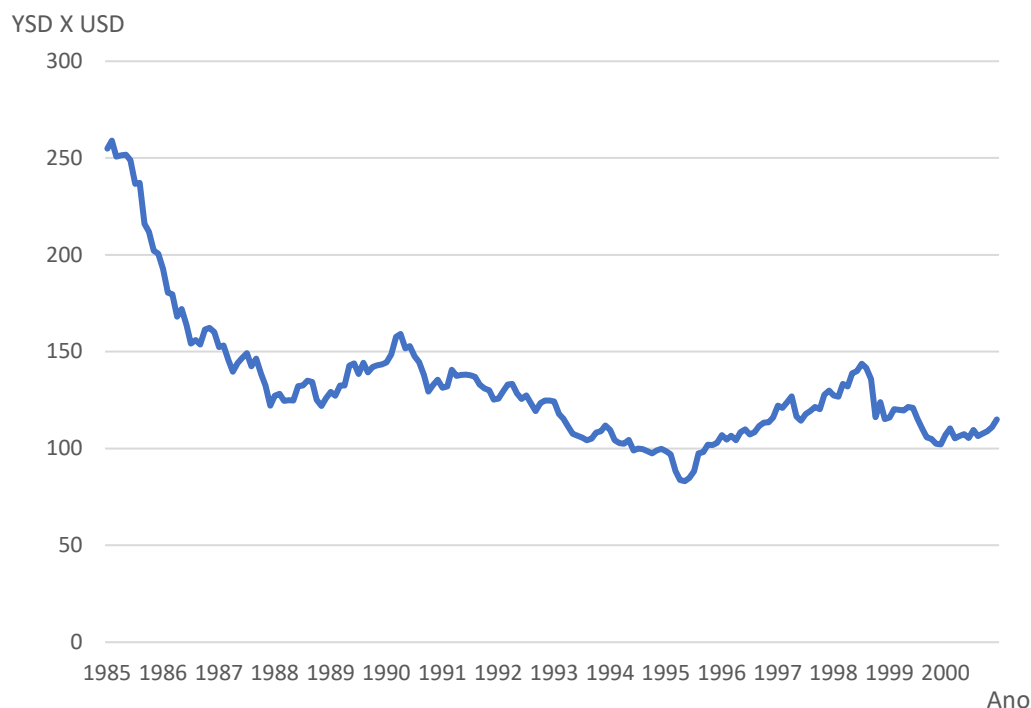
A real motivação era a perda de competitividade da indústria norte-americana. Segundo UEHARA (2001, 103), a finalidade dessa medida era reduzir o déficit na balança comercial norte-americana com o Japão, fazendo com que os produtos americanos ficassem mais baratos e acessíveis ao consumidor japonês. O Governo do Japão se comprometeu através do Acordo de Plaza a implementar as seguintes medidas:

1. Resistência ao protecionismo e implementação constante do Programa de Ação anunciado em 30 de julho para a maior abertura do mercado interno do Japão a bens e serviços estrangeiros.
2. Plena utilização da vitalidade do setor privado por meio da implementação de vigorosas medidas de desregulamentação.
3. Gestão flexível da política monetária com a devida atenção à taxa do iene.
4. Implementação intensificada da liberalização do mercado financeiro e do iene, de modo que o iene reflita totalmente a força subjacente da economia japonesa.
5. A política fiscal continuará concentrando-se nos objetivos duplos de reduzir o déficit do governo central e fornecer um ambiente favorável ao crescimento para o setor privado. Dentro dessa estrutura, os governos locais podem ter permissão para fazer investimentos adicionais neste ano fiscal de 1985, levando em consideração as circunstâncias individuais da região.
6. Os esforços para estimular a procura interna incidirão no aumento do consumo privado e do investimento através de medidas para alargar os mercados de crédito ao consumidor e hipotecário.

O acordo impôs sucessivas valorizações no iene. Em janeiro de 1985 um dólar correspondia a mais de 250 ienes. No final de 1986, seu valor está próximo dos 160 ienes. Em 1990 valia 135 e em 1995 por volta de 100 ienes. A expectativa do acordo era de que o iene estacionasse em torno de 160-170, o que não ocorreu. O choque do câmbio ficou conhecido como *endaka*. Isso afetou diretamente a competitividade externa da economia japonesa, principalmente de sua indústria.

GRÁFICO 1

Gráfico comparativo entre iene e dólar (US.Dollar/Yen Spot
Rate at 17:00 in JST, End of Month, Tokyo Market) entre
1985 e 2000



Fonte: Bank of Japan

O saldo comercial estadunidense com o resto do mundo melhorou, reduzindo o déficit de 155 bilhões em 1986 para déficit de 66 bilhões em 1991. O saldo com o Japão também apresentou melhora de um déficit de 51 bilhões em 1986 para déficit de 38 bilhões em 1991.

Para fazer frente a esse problema, o governo japonês fez uso de política monetária expansionista. Houve uma redução da taxa de redesconto que estimulou o crescimento da demanda interna. A medida teve o resultado desejado compensando as perdas no mercado externo com o interno, que absorveu o excedente de mercadorias.

A medida também incentivou as empresas a compensar as perdas nas exportações decorrentes da valorização do iene com operações de arbitragem financeira de ativos estrangeiros denominados em dólar, uma vez que, com a redução das taxas japonesas, aumentaram os diferenciais de juros internos em relação aos americanos, que se mantiveram no mesmo patamar.

Nesse contexto que ocorre o processo de financeirização da economia japonesa. O lucro não operacional ganha relevância nos ativos das empresas para compensar a redução do resultado decorrente da atividade fim. Com a desregulamentação do mercado financeiro, os recursos em caixa acumulados nas décadas passadas serviram para esse fim. Essas operações ficaram conhecidas como *zaitech*, uma junção dos termos *zai*, do japonês *zaimu* que significa financiamento, e *tech*, do inglês *technology*. Os instrumentos financeiros sempre foram utilizados pelas empresas como para gestão de caixa. Muitas delas precisavam fazer uso deles para se proteger da própria instabilidade do mercado, como variações bruscas do dólar. Porém isso se tornou tão rentável que se tornou o foco delas.

O *funding*, termo utilizado para a captação de recursos para investimento, era realizado no exterior, principalmente no euromercado, com a emissão de títulos conversíveis. Com o iene valorizando, o valor das dívidas em moeda local reduzia. Praticamente todas grandes empresas japonesas se utilizaram das *zaitechs*. Há dados⁷ de que empresas como Toyota, Sony e Nissan tiveram cerca de 50% ou mais de seus lucros com atividades não operacionais em 1986.

Uma experiência impressionante e mesmo dramática de alinhamento da política econômica ocorreu com o Japão. Este país foi durante todo o pós-guerra o mais heterodoxo em matéria de política econômica. Fez investimento com crédito de curto prazo e uma política monetária solta, conglomerou o seu sistema empresarial com uma estrutura de risco aparentemente impossível, fez pouco uso do mercado de ações e da dívida pública, enfim, produziu o seu próprio modelo nacional de desenvolvimento. Tentou em 1975 um plano de ajustamento interno condizente com as suas potencialidades, mas foi forçado progressivamente a abrir mão de tudo isso e hoje está inteiramente submetido à dinâmica da economia americana. O Japão não está fazendo política de desenvolvimento autônomo de qualquer espécie, salvo de segurança interna mínima de sua sociedade. O Japão está com a maior parte de seu capital bancário e multinacional atado aos projetos de recuperação americana, com excedentes exportáveis gigantescos, sem possibilidade de retomar sua taxa de investimento e de crescimento histórica. Isso significa que o mercado financeiro japonês está irremediavelmente atrelado ao americano (TAVARES, 1985: 7).

A política expansionista do governo japonês, que foi mantida nos anos posteriores por pressão das instituições financeiras e empresas beneficiárias do *zaitech*, provocou um aumento dos preços dos ativos no mercado capitais japonês. A valorização desses ativos propiciou que

⁷ Wako Economic Reserch Institute, em Viner (1987) informa que as empresas Toyota, Matsushita, Nissan, Sharp e Sony tiveram 45,5%, 55,7%, 151,1%, 74,6% e 56,9%, respectivamente, de seus lucros com atividades não operacionais em 1986.

as empresas detentoras deles contraíssem mais empréstimos - no Japão eles são garantidos por ações – que retornavam em forma de investimentos financeiros ou para o mercado imobiliário. Era um processo especulativo que se retroalimentava, formando uma situação de bolha financeira (quando um ativo se desvia fortemente do valor intrínseco correspondente desse mesmo ativo).

A valorização imobiliária começou nas áreas urbanas de Osaka e Nagóia e foi se estendendo até atingir as áreas rurais. Em 1990 os valores chegaram a patamares inacreditáveis quando havia estimativas de que apenas um quarto do território japonês equivaleria a todo os Estados Unidos, mesmo representando uma área 28 vezes menor. Há estatísticas demonstrando que um lote residencial na metrópole teve o seu valor multiplicado 135 vezes entre 1955 e 1985. Havia uma crença de que os valores dos terrenos não podiam cair. O governo, alarmado com a situação, decide restringir o crédito por meio do aumento da taxa de redesconto.

A valorização ocorreu também no mercado de ações. No final dos anos 80, o mercado acionário japonês já contava com 44% da capitalização mundial contra 30% dos EUA. Tóquio veio a se tornar um dos tripés do sistema financeiro global, ao lado de Londres e Nova Iorque. O índice Nikkei, que representa uma carteira de ações mais negociadas da bolsa de Tóquio, atingiu sua máxima histórica em 29 de dezembro de 1989, no pico da bolha japonesa de ativos com 38.897,44 pontos. Esse patamar nunca mais foi atingido nos anos seguintes. De 1989 até 1995, o índice reduziu pela metade.

No final dos anos 1980, a economia do Japão embarcou em um período de rápida escalada dos preços de ações e imóveis. Esta "economia de bolha" foi seguida por um colapso no ativo valores, um ritmo reduzido de crescimento econômico real, problemas bancários e deflação. Por pouco duas décadas após o fim da bolha da economia, o prognóstico para o crescimento japonês é novamente desolador em meio a uma turbulenta perspectiva econômica global. A experiência do Japão carrega lições para aqueles que desejam compreender e conter a crise financeira de 2007-09 originários dos mercados financeiro e imobiliário dos Estados Unidos (OBSTFELD, 2009:3)

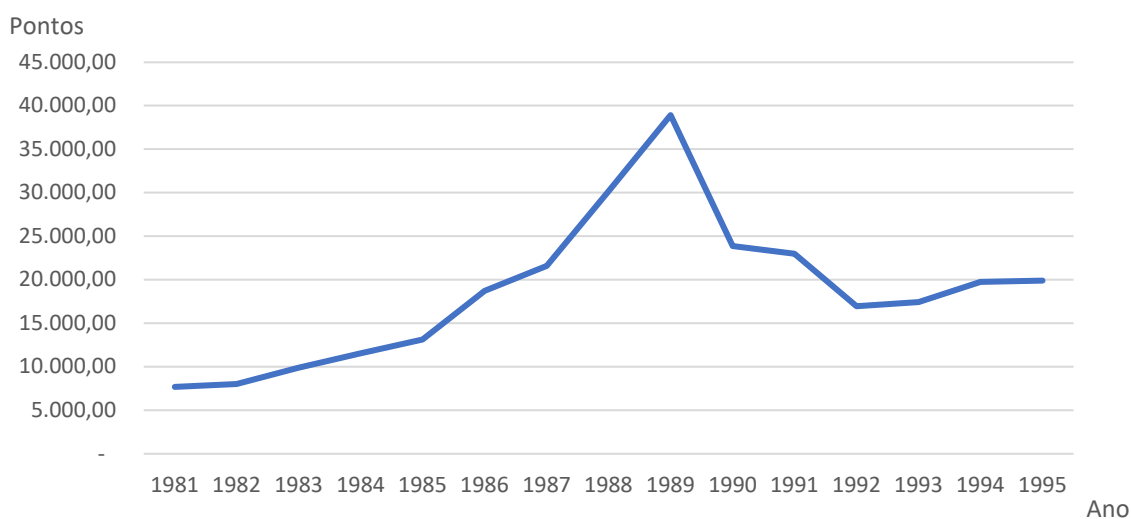
No início da década de 90, a taxa de crescimento japonês se reduz drasticamente (redução média de 0,7% na taxa de crescimento) a ponto de já em 1992 estar praticamente estagnada. Os Estados Unidos em contrapartida, conseguem melhorar seu crescimento. Um exemplo emblemático da retomada norte-americana foi a venda na década de noventa do

conjunto imobiliário Rockefeller Center para seus antigos donos pelo grupo japonês Mitsubishi. A venda representou um terço do valor que havia sido adquirido.

A grande desvalorização afetou as finanças de muitas famílias que investiam como forma de garantir uma aposentadoria. As empresas também foram fortemente impactadas pelo estouro da bolha. Aquelas que possuíam imóveis ou ações, seja para especulação ou gestão de caixa, tiveram que reconhecer os prejuízos decorrentes da queda no valor dos ativos em seus balanços. Houve também uma crise financeira sistêmica, pois os ativos que lastreavam grande parte dos empréstimos das instituições financeiras perderam valor, tornando os créditos insolventes. A década de 90 representou a pior recessão nos últimos quarenta anos do país. O estouro da bolha é sentido até os dias atuais. Em 2019, o índice estava na faixa dos 20.000 pontos.

GRÁFICO 2

Gráfico da evolução do Índice Nikkei entre 1980 e 1995



Fonte: Página oficial do índice (<https://indexes.nikkei.co.jp/>)

Apesar do esforço e sucesso japonês em consolidar uma indústria de ponta e ampliar a sua atuação na área financeira, tornando-se a maior nação credora internacional com grande poder de pressionar governos e países, a força política norte-americana foi capaz de frear esse processo e consolidar sua posição de única potência hegemônica mundial. Além do Acordo de Plaza, o próprio Japão, com medo de retaliações norte-americanas, aderiu a um acordo de restrição voluntária de exportações no setor automobilístico e aceitou aumentar as compras de

produtos americanos. O motivo do Japão não ter adotado uma atitude mais agressiva em sua atuação internacional é, conforme BLAKER (1997, 98), que o país tem sido dominado por uma filosofia de mínimo risco e de evitar a confrontação em suas negociações internacionais. Segundo o autor, no processo de tomada de decisão japonês, considera-se preferível não fazer nada quando isso é seguro e fazer algo somente quando as pressões dos fatos forcem a agir. Essa mentalidade passiva fez com que o país subestimasse sua capacidade de barganha, parecendo hesitantes e indecisos. É uma linha defensiva de negociações internacionais.

Japão tem os recursos econômicos, tecnológicos e militares para exercer maior influência política no Leste Asiático, mas não tem a liberdade de ação para tomar iniciativas no campo político-estratégico fora do Tratado Nipo-Americano de Segurança Mútua (CAVAGNARI FILHO, 1995, 5)

A China, por sua vez, desde meados da década de 90 passa a disputar o mercado dos produtos japoneses, agravando a situação nipônica. Com seus baixos custos de produção, a China, além de disputar mercados de forma muito competitiva, também atraiu as grandes multinacionais para produzirem dentro de seu próprio território.

Os padrões de comércio do Japão mudaram radicalmente desde meados da década de 1990, com uma reorientação geral de seu comércio de importação e exportação para a Ásia e mudanças significativas na composição de seu comércio. O Japão agora exporta mais peças e componentes e semi bens acabados em relação a bens de capital, com grande parte do fluxo indo para a China para processamento, montagem e reexportação. Ao mesmo tempo, as importações do Japão oscilaram para peças e componentes e bens de capital produzidos na China. Essas mudanças foram impulsionadas por uma série de fatores, incluindo mudanças estruturais na Ásia, maior integração regional, e o nascimento em 1995 do NAFTA, cujos efeitos de desvio de comércio ajudaram a tornar a América do Norte menos importante no comércio japonês (OBSTFELD, 2009:57)

O período japonês de 1991 a 2000 ficou conhecido como a "Década perdida". A situação foi agravada em 1997 com a crise financeira asiática que afetou as economias globalmente.

QUADRO 2

Média das Taxas de Crescimento Real do PIB (em percentual)

País	1986 a 1990	1991 a 2000
Estados Unidos	3,26	3,36
Japão	4,92	1,37
Alemanha	3,36	1,9
França	3,16	1,77
Reino Unido	3,32	2,21
Itália	2,86	1,58
Canadá	2,88	2,72

Fonte: OECD Economic Outlook, Volume 2001 Issue 1

O Japão assim deixa de ser visto como grande ameaça à liderança norte-americana mundial. DRIFT (1990:109) aponta algumas razões pelo Japão não ter se tornado a potência hegemônica mundial, sendo a principal delas a falta vontade política.

A possibilidade de o Japão substituir os EUA como potência hegemônica não existe, por causa do desenvolvimento e tamanho da demografia, das limitações físicas da ilha e do tamanho e estrutura da economia, que o impedem de atingir o status de um líder mundial no sentido tradicional. Não há também vontade política com apoio suficiente de forças internas capazes de sustentar tal desempenho (DRIFT, 1990: 109).

7. CONCLUSÃO

Depois de uma guerra que destruiu profundamente a estrutura produtiva do país, o Japão consegue se reerguer de forma surpreendente e foi capaz de, quarenta anos depois, rivalizar a posição de maior economia com a potência hegemônica mundial.

Nesse processo, podemos destacar o auxílio financeiro estadunidense para retomar a economia japonesa e a parceria que se estabeleceu nas décadas seguintes, tornando o Japão um contraponto aos soviéticos na Ásia diante de uma rivalidade entre o bloco capitalista e socialista na Guerra Fria.

Outro ponto de destaque no desenvolvimento econômico japonês foi o papel do estado. O MITI foi um exemplo de política governamental. O Ministério em conjunto com o Partido Liberal Democrático obteve sucesso na consolidação de um parque industrial no país por meio do planejamento e execução de políticas, que protegeram a indústria nascente e o mercado interno de competidores externos.

Outros fatores também foram importantes no processo como questões culturais específicas do povo japonês como senso de coletividade, um sentimento forte de orgulho nacional inclusive na burocracia; valorização do esforço individual, que pode até ser considerado em excesso (jornada de trabalho no Japão é uma das mais longas do mundo); perfeccionismo, que levou a um novo padrão de qualidade na indústria; hábito de poupar, que gera recursos para investimento produtivo. A situação da política interna do país, com a continuidade do PLD no governo, também favoreceu a elaboração e, principalmente, manutenção de uma estratégia estatal.

A superação de dificuldades, como a ausência de recursos naturais, estimulou o Japão a inovar, desenvolvendo novas técnicas e materiais, e se especializar em alta tecnologia.

Foi uma combinação de fatores específicos da indústria e gerais nacionais que levaram ao resultado. Porém, quando uma economia ameaça os interesses de um *hegemon*, não basta apenas possuir diferenciais técnicos competitivos. O poder de influenciar/dominar outro país (de forma consentida) se mostra decisivo no rumo dos Estados. Isso demonstra a importância de enfrentar questões ligadas a segurança global e de ter uma posição de liderança na garantia da estabilidade do sistema internacional. A política externa japonesa foi mais responsiva as demandas internacionais do que propriamente ativa. Buscou-se mais a aceitação e a integração

do que a liderança. O fator econômico como pilar de sustentação para a sua política externa foi bem sucedida por muito tempo, porém se tornou um fator de fragilidade.

A crítica em relação a política externa não deixa de reconhecer o mérito que o Japão teve na sua condução. A devolução da ilha de Okinawa em 1972, administrada por 27 anos pelos Estados Unidos, a retomada das relações diplomáticas com a Coreia do Sul em 1965 e com a China em 1979 foram importantes objetivos alcançados. O prestígio internacional que o país alcançou é notório. Houve um efetivo aumento de engajamento nas grandes questões globais. A presença japonesa era grande nos principais fóruns no final da década de 80, como na UNESCO (Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas), OMC (Organização Mundial do Comércio) e OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento). Essa foi uma linha importante para melhora de sua imagem externa, porém não significou necessariamente aumento do poder de influência, em termos políticos. Exemplo disso foi o pequeno percentual de japoneses que ocupavam posições de relevância em instituições como FMI e Banco Mundial, que não refletia a contribuição financeira que o país realizava nos organismos.

A sua ambição de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU não foi concretizada. O fim da guerra fria forçou a manutenção dos Estados Unidos como centro da política externa japonesa. O Japão se manteve como indispensável parceiro estadunidense para administração do sistema econômico global, entretanto, o elevado crescimento chinês, próximo dos 10% aa. nos últimos 30 anos, fez com que esse país ultrapassasse o Japão já em 2010, ocupando a posição de segunda maior economia mundial. A política externa chinesa, diferentemente da japonesa, além de se preocupar com cooperação econômica e ampliação do comércio, demonstra possuir um projeto autônomo de poder. A China, que já possui o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, substituiu o papel do Japão como potência mundial que, em um futuro próximo, rivalizará com o Estados Unidos a posição de líder. Ela é o maior país exportador do mundo e seus produtos já há muito tempo perderam o conceito “made in china”, de produtos baratos e de baixa qualidade, se destacando na alta tecnologia. A busca da inovação é uma variável estratégica do governo chinês. Os gastos chineses em ciência e tecnologia vêm crescendo a uma taxa média anual superior a 11%, próxima do elevado crescimento anual da economia chinesa. Por ano, 700 mil chineses obtêm diploma de engenharia contra apenas 80 mil nos Estados Unidos. Novamente

temos uma incógnita de como será a ordem global nas próximas décadas. O desafio para o Japão é grande, especialmente considerando que cerca de 30% de sua população é idosa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANK OF JAPAN. *Foreign Exchange Rates (Daily)*. Site: <https://www.boj.or.jp/en/statistics/market/forex/fxdaily/index.html/> (consulta feita em 23/04/2020)

BERTONCELO, Edison Ricardo. *Revisitando os Estudos do Desenvolvimento*. In BIB., São Paulo, n. 71, 1.º semestre de 2011.

BLAKER, Michael K. Probe, Push, and Panic: The Japanese Tactical Style in International Negotiations. In: SCALAPINO, Robert A (Ed.). *Foreign Policy of Modern Japan*. California: University of California Press, 1977.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *China, Japão e a Segurança no Leste Asiático*. São Paulo: IEA, 1995.

CHALMERS, Johnson. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press, 1982.

DRIFTE, Reinhard. *Japan's foreign policy*. London: Routledge, 1990.

FILHO, Ernani Teixeira Torres. *A crise da economia japonesa dos anos 90: impactos da bolha especulativa*. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 17, nº 1 (65), 1997.

FUKUSHIMA, Akiko. *Japanese foreign policy: the emerging logico f multilateralismo*. UK: Macmillan, 1999.

FUNABASHI, Yoichi. *Japan's international agenda*. New York/London: New York University Press, 1994.

IGARASHI, Yoshikuni. *Corpos da memória: narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970)*. São Paulo: Annablume, 2011.

JAPÃO. Announcement the Ministers of Finance and Central Bank Governors of France, Germany, Japan, the United Kingdom, and the United States (Plaza Accord). Site: <http://www.g8.utoronto.ca/finance/fm850922.htm> (consulta feita em 05/02/2021).

JAPÃO. *The Constitution of Japan: promulgada em 03 de novembro de 1946*. Constituição, 1946.

JAPÃO. *Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre o Japão e os Estado Unidos da América* (1952). Tokyo: MOFA, 1952. Site: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html> (consulta feita em 05/02/2021).

KOHLI, Atul. *State-directed development political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge, UK : Cambridge University Press, 2004 New York.

NIKKEI INDEX. Site: <https://indexes.nikkei.co.jp/en/nkave/index/component?idx=nk225> (consulta feita em 29/04/2020).

MURAMATSU, Michio. *In search of national identity: the policies of the Nakasone administration*. Journal of Japanese Studies, 13 (2), Summer, 1987.

OBSTFELD, Maurice. *Time of Troubles: The Yen and Japan's Economy, 1985-2008*. California: Universidade da Berkeley, 2009.

OECD (Oranization for Economic Co-operation and Development). *Economic Outlook n° 27*. Paris: OECD, 1980.

OECD (Oranization for Economic Co-operation and Development). *Economic Outlook n° 47*. Paris: OECD, 1990.

OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). *Economic Outlook n° 69*. Paris: OECD, 2001.

PEMPEL, T.J. From exporter do investor: japanese foreign economic policy. In: CURTIS, Gerald L (Ed). *Japan's foreign policy after cold war: coping with change*. New York: An East Gate Book, 1993.

PYLE, Kenneth B. *The japanese question: power and purpose in a new era*. Washigton, DC: The AEI Press. 1992.

SAITO, Shiro. *Japan at the summit: its role in the western aliance and in the Asian Pacific co-operation*. London/New York: Toutledge/The Royal Institute of International Affairs, 1990.

STEFANINI, Ceci Mirna. *A Reconstrução Japonesa (1945-1973): Política Industrial e Desempenho Econômico*. (Monografia do Instituto de Economia da Unicamp) 2001

TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. Revista de Economia Política, vol. 5, n. 2, 1985.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política de ajuda externa japonesa pós-1945*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo) 1995.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política externa do japão no final do século XX: o que faltou*. São Paulo, Annablume: Fundação Japão, 2003.

WATANABE, Paulo Daniel. *A Reinserção Internacional Do Japão No Pós-Segunda Guerra Mundial*. Belo Horizonte: 3° Encontro Nacional ABRI, 2011.

WATANABE, Paulo Daniel. *Segurança e política externa do Japão no pós-segunda guerra mundial*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), 2012.